

## ACTA Nº03/2006

### ACTA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OURÉM, EM SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA A TRINTA DE JUNHO DO ANO DE DOIS MIL E SEIS. -----

-----Aos trinta dias do mês de Junho, do ano de dois mil e seis, pelas dezassete horas, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Ourém, no Cine-Teatro Municipal de Ourém, convocada nos termos do número um do artigo quadragésimo nono e pela alínea b) do artigo quinquagésimo quarto da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, conforme anúncio público afixado por **Edital, de 19 de Junho do ano de dois mil e seis**, com a seguinte:-----

#### -----**ORDEM DE TRABALHOS:** -----

-----**01.01** – Apreciação e votação da acta nº02/2006, referente à sessão ordinária da Assembleia Municipal realizada em 2006.04.28; -----

-----**01.02** – Leitura resumida do expediente; -----

-----**01.03** – Actividade Municipal – Apreciação de uma informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e) do nº1 do art.º53º da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

-----**01.04** – Intervenções de interesse local ou declarações políticas gerais. -----

#### -----**02- ORDEM DO DIA**-----

-----**02.01** – Apreciação e votação do pedido de autorização da Câmara Municipal para proceder à «*contratação de empréstimo de longo prazo, no valor de 1.570.752,00 euros, para financiamento dos projectos:*-----

- *construção do Jardim de Infância de Gondemaria;* -----

- *construção do Jardim de Infância de Atouguia;* -----

- *ampliação do Jardim de Infância de Urqueira;* -----

- *construção do Edifício Misto do Cercal – Junta de Freguesia e Jardim de Infância.*», nos termos do disposto na alínea d), do n.º2, do art.º53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro – (grelha A); -----

-----**02.02** – Tomada de conhecimento do «*Relatório de Gestão e Contas de 2005, da FÁTIPARQUES – Parques de Negócios de Ourém/Fátima, S.A.*», nos termos da alínea d), do n.º1, do art.º53º, da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro – (grelha A); -----

-----**02.03** – Tomada de conhecimento do «*Relatório de Gestão e Contas de 2005, da EPO – Associação Promotora de Ensino Profissional de Ourém, S.A.*», nos termos da alínea d), do n.º1, do art.º53º, da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro – (grelha A); -----

-----**02.04** – Tomada de conhecimento do «*Relatório e Contas de 2005, da ENERDURA – Agência Regional de Energia da Alta Estremadura*», nos termos da alínea d), do n.º1, do art.º53º, da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro – (grelha A); -----

-----**02.05** – Período de intervenção aberto ao público. -----  
-----Feita a chamada, verificou-se a presença dos membros da Assembleia Municipal, senhores:-----

-----Albino dos Reis Oliveira; -----

-----Ana Maria Pio da Costa Abreu de Sousa e Silva; -----

-----Ângela Maria Gaspar da Silva Pereira Marques; -----

-----António Marques das Neves; -----

-----António Ribeiro Gameiro; -----

-----Avelino da Conceição Subtil;-----

-----Carina João Reis Oliveira;-----

-----Deolinda de Jesus Lopes Simões; -----

-----Elias Dias da Silva; -----

-----Filipe de Jesus Janeiro; -----

----- Francisco António Dias Vieira; -----  
----- Francisco Caetano;-----  
----- Francisco Gonçalo Nunes André. -----  
----- Humberto Luís Ferraz Antunes; -----  
----- Joana Luísa Abreu de Figueiredo;-----  
----- João Carlos Gameiro Rodrigues; -----  
----- Joaquim dos Reis Gonçalves. -----  
----- Jorge Manuel Reis Heleno;-----  
----- José Augusto Dias dos Reis; -----  
----- José Custódio Ribeiro Faria;-----  
----- José da Silva Pereira; -----  
----- José Ferreira Vieira;-----  
----- José Maria do Padre Castelino e Alvim. -----  
----- José Maria Henriques de Sousa; -----  
----- Luís de Sousa e Silva; -----  
----- Manuel Lourenço Dias;-----  
----- Manuel Rodrigues Antunes.-----  
----- Manuel Tavares Lopes; -----  
----- Maria Natália de Sousa Freire Nunes;-----  
----- Mário João de Oliveira Santos; -----  
----- Rui Pedro Marto Pereira; -----  
----- Sérgio Manuel Gameiro Fernandes; -----  
----- Valdemar Pinheiro de Oliveira. -----  
----- Não compareceram, tendo justificado a respectiva falta, os membros da Assembleia  
Municipal, senhores: -----  
----- Constantino da Graça Lopes; -----  
----- Maria Agripina Ferreira Carriço Lopes Vieira.-----

-----Deu início aos trabalhos desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal que, após a verificação da existência de quórum, declarou aberta a sessão, pelas dezassete horas e quinze minutos, tendo, de imediato, apresentado as boas vindas ao Executivo Camarário, que nos termos do número três do artigo quadragésimo oitavo, da Lei número cento e sessenta e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, se fez representar por parte dos seus membros, conforme se especifica: -----

-----Senhor Presidente da Câmara: -----

-----David Pereira Catarino. -----

-----Senhores Vereadores em regime de permanência:-----

-----Humberto Lopes da Piedade; -----

-----João Manuel Moura Rodrigues; -----

-----Vítor Manuel de Jesus Frazão. -----

-----Compareceram os Vereadores em regime de não permanência, senhores: -----

-----José de Oliveira Fernandes; -----

-----José Manuel Pereira Alho; -----

-----Leonilde Santos Madeira Carreira da Conceição. -----

-----Antes de dar início aos trabalhos agendados para esta sessão, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal informou o plenário de que o membro da Assembleia Municipal, senhora MARIA CELESTE GONÇALVES HENRIQUES, eleita nas listas do Partido Popular – CDS/PP renunciou ao mandato, tendo sido convocado, para efeitos de substituição o senhor **ANTÓNIO MIGUEL LOPES MANGAS REIS**, que tomou posse hoje – solteiro, de trinta e três anos de idade (33 anos), funcionário público, residente em Leiria, portador do Bilhete de Identidade número, dez milhões, cento e dezanove mil, oitocentos e trinta e três (10119833), emitido a dezoito de Junho do ano de dois mil e três (18.06.2003), pelo Arquivo de Identificação de Lisboa, e possuidor do número de Contribuinte cento e noventa e nove milhões, quarenta mil, seiscentos e oitenta (199040680). -----

-----Mais informou de que o Presidente de Junta de Freguesia de Fátima, senhor **Natálio de Oliveira Reis** fez-se substituir pelo Secretário daquela mesma Junta, senhor **José Manuel Dias Poças das Neves**. -----

-----De seguida, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu início aos trabalhos desta sessão ordinária, conforme Ordem de Trabalhos previamente estabelecida.-----

\*\*\*\*\*

\*\*\*

## **01 - PERÍODO DE "ANTES DA ORDEM DO DIA" -----**

### **01.01 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ACTA NÚMERO DOIS BARRA DOIS MIL E SEIS, REFERENTE À SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA A VINTE E OITO DE ABRIL DO ANO DE DOIS MIL E SEIS. -----**

-----A Senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu à apreciação, do plenário, a acta referida em epígrafe, cujo texto fora, previamente, distribuído a todos os membros da Assembleia Municipal. -----

-----Aberto o período de intervenção, registou-se o pedido do membro da Assembleia Municipal, senhor: -----

= **ANTÓNIO RIBEIRO GAMEIRO** informou de que não tinha recebido a acta em apreço. -----

----- **Não se registando qualquer outro pedido de intervenção, a senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu, de imediato, a acta à apreciação do plenário, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com sete abstenções, dada a ausência na referida sessão.** -----

\*\*\*\*\*

\*\*\*

### **01.02 - LEITURA RESUMIDA DO EXPEDIENTE. -----**

-----A Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu conta da entrada de diversa correspondência, registada no respectivo livro, que passou a ler e que a seguir se especifica: --

- Ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses, datado de dez de Maio do ano em curso, remetendo cópia da «Resolução do Conselho Directivo sobre o encerramento dos serviços de saúde»; -----

- Ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses, datado de dez de Maio do ano em curso, remetendo cópia da «Resolução do Conselho Directivo sobre a venda do Património do Estado»; -----

- Ofício do Partido Comunista Português – Grupo Parlamentar, datado de dezanove de Maio do ano em curso, remetendo cópia do requerimento «As condições de saúde existentes no distrito de Santarém»; -----

- Foram remetidas a este Órgão ofícios de Suas Excelências o Presidente da República e Primeiro Ministro, aos Senhores Ministros da Economia e Inovação; Obras Públicas, Transportes e Comunicações; Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional e ainda aos Grupos Parlamentares com assento na Assembleia da República acusando a recepção da Petição aprovada pela Assembleia Municipal na sua sessão ordinária levada a efeito no pretérito mês de Abril. -----

----- **A ASSEMBLEIA FICOU INTEIRADA.** -----

\*\*\*\*\*

\*\*\*

**01.03 - ACTIVIDADE MUNICIPAL – APRECIACÃO DE UMA INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA E) DO NÚMERO UM DO ARTIGO QUINQUAGÉSIMO TERCEIRO DA LEI NÚMERO CENTO E SESSENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE, DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI NÚMERO CINCO A BARRA DOIS MIL E DOIS, DE ONZE DE JANEIRO.**-----

----- O Excelentíssimo Presidente da Câmara tomou a palavra para apresentar uma informação acerca da actividade municipal, a qual foi elaborada nos termos e em cumprimento do disposto na alínea e) do número um do artigo quinquagésimo terceiro da Lei número cento e

sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, e que a seguir se reproduz: -----

**Informação:** “Senhora Presidente da Assembleia Municipal, -----

Senhores Secretários, -----

Senhores Deputados Municipais, -----

Saudamos V. Exas., no início de mais esta sessão de trabalho da Assembleia Municipal de Ourém. -----

Nos termos da lei, aqui prestamos a devida informação sobre a actividade municipal. -----

Dado que pouco tempo decorreu desde a última sessão, enumeramos algumas informações que nos parecem de maior relevo e anexamos a nossa intervenção efectuada no dia da cidade, para além da habitual informação sobre a situação financeira e sobre processos judiciais. -----

1. Na sequência do Despacho nº. 12591/2006 da Sra. Ministra da Educação, estamos a trabalhar para que todas as actividades de enriquecimento curricular possam funcionar já no próximo ano lectivo em todo o concelho. -----

Procuraremos, também nestas actividades, privilegiar os acordos com as IPSS do concelho. ---

2. Ainda em matéria de educação, informamos que foram já celebrados protocolos com algumas IPSS para o fornecimento de refeições às crianças do primeiro ciclo do Ensino Básico.

3. Reflectindo toda a problemática do reordenamento do parque escolar do concelho, entregamos nesta data um exemplar do estudo elaborado para que possa haver o contributo deste órgão para o seu aperfeiçoamento, através da análise pela comissão adequada. -----

4. No dia 26 de Junho, recebemos na Câmara Municipal os atletas, treinador e direcção da Juventude Oureense para homenagear o feito da subida à primeira divisão nacional de Hóquei em Patins. -----

Sem querermos acompanhar euforias desmedidas, julgamos que é um facto de relevo e que pode contribuir muito para o que chamaríamos “marketing “ concelho. -----

5. No dia 25 de Maio, fizemos a entrega da primeira habitação às famílias que sem elas ficaram em consequência dos incêndios do ano passado. -----

6. Terminaram as Festas da Cidade 2006. Destacamos a mostra de artesanato e as celebrações do Dia da Cidade como actos mais importantes. -----

7. Após audiência ocorrida em 31 de Maio com o Sr. Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e Comunicações, ficou assegurado o financiamento mínimo indispensável para as obras de requalificação urbana da área envolvente da Igreja da Santíssima Trindade, em Fátima. Através do Ministério da Economia, está assegurado um financiamento de 2,4 milhões de Euros. A empresa EP - Estradas de Portugal, EPE financiará a obra com 4,5 milhões de Euros. O Santuário de Fátima financiará com cerca de 10 milhões e a parte restante terá que sair do orçamento municipal. -----

Para dar corpo a este projecto e a outros de requalificação urbana de Fátima, iniciará a sua actividade em um de Julho a SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana da Cova da Iria, EM. ---

Foi recentemente assinado protocolo com a empresa SIMLIS para elaboração de projectos de redes de saneamento. Este protocolo tem por objectivo a adequada articulação de todos os municípios do sistema com o sistema em “alta” e a preparação do modelo de financiamento.

9. Já se iniciaram as obras de beneficiação da Estrada Regional 349. Estando a Câmara Municipal responsável pela obtenção de acordos com os proprietários para os alargamentos previstos, gostaria de destacar a boa colaboração que temos encontrado por parte da população. -----

10. No que diz respeito à beneficiação da rede viária por administração directa, informamos que efectuámos recentes trabalhos nas freguesias de Urqueira, Caxarias, Seiça, Matas e Formigais. -----

Estão previstas próximas intervenções nas freguesias de Espite e Fátima. Referimo-nos a recuperação de estradas e caminhos municipais. -----

11. No dia 5 de Junho, Dia Mundial do Ambiente, assinalámos, de forma simbólica a conclusão dos trabalhos de beneficiação da Mata Municipal, junto à Escola Secundária. -----

12. Conforme é do conhecimento público, volta a haver alguma esperança de instalação de uma central de biomassa em Ourém. -----



13. No dia 15 de Maio passado, com a consignação da obra e bênção da primeira pedra, assinalámos o arranque da obra do novo edifício dos Paços do Concelho. -----

14. Saiu o primeiro número da nova série de Ourém em revista e não saiu da melhor maneira. A pressa de fazer sair a primeira edição com as Festas da Cidade veio demonstrar que neste tipo de coisas não pode haver pressas. Vamos corrigir as falhas ocorridas. -----

Senhora Presidente, -----

Senhores Deputados Municipais, -----

Esta é a informação que julgamos relevante. -----

Ficamos à disposição de V.Exas. para os esclarecimentos que queiram solicitar-nos.” -----

----- O Senhor Presidente da Câmara apresentou ainda os seguintes documentos, conforme

**ANEXO A:** -----

- situação económica e financeira da autarquia em 31 de Maio de 2006; -----

- relação de processos judiciais; -----

- processo de contra-ordenação que estão em Tribunal; -----

- discurso apresentado pelo Senhor Presidente da Câmara aquando das cerimónias oficiais do dia vinte de Junho. -----

----- De seguida, aberto o período de pedido de esclarecimentos, registaram-se as intervenções dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= **ANTÓNIO RIBEIRO GAMEIRO** solicitou a palavra a fim de questionar o seguinte: -----

- Questionou sobre a possibilidade do plenário vir a tomar conhecimento do acordo estabelecido entre a Câmara Municipal e a Associação Juventude Oureense relativamente às obras do pavilhão, assim como o enquadramento destas para o próximo ano económico. -----

- Pretendeu alguns esclarecimentos acerca dos dez por cento de custos a mais inerentes às obras relativas à edificação dos novos Paços do Concelho, e bem assim se já haveria um estudo de viabilidade financeira para sustentar o seu modelo de funcionamento assente em espaços comerciais e de estacionamento. -----

- Pretendeu ainda saber para quando estaria previsto o Parque Desportivo de Ourém. -----

= **ANTÓNIO MIGUEL LOPES MANGAS REIS** atendendo a que o Município pôs em funcionamento o transporte urbano – GIRO devido às obras de edificação dos novos Paços do Concelho, pretendeu saber quais os custos daí decorrentes. -----

= **MANUEL LOURENÇO DIAS**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Rio de Couros, pretendeu esclarecimentos acerca do fornecimento de refeições às crianças do Jardim e Primeiro Ciclo, pois está em causa não só a confecção da comida mas sobretudo o respectivo transporte. -----

= **CARINA JOÃO REIS OLIVEIRA** salientando a importância da instalação de uma Central de Biomassa no concelho, pretendeu esclarecimentos acerca da eventual edificação de um hospital particular em Fátima e respectivos investimentos daí decorrentes. -----

Questionou ainda acerca dos factores que originaram o aumento dos custos decorrentes das obras de construção dos novos Paços do Concelho. -----

----- Tomando a palavra, o Senhor Presidente da Câmara prestou os seguintes esclarecimentos: -----

- Relativamente ao pavilhão do Juventude Ourense, o problema reside nas bancadas que carecem de ser ampliadas, encontrando-se o respectivo estudo em elaboração. -----

- No que respeita ao novo edifício dos Paços do Concelho, o acréscimo dos custos advém da necessidade de utilizar técnicas de construção mais dispendiosas, já que o estudo geotécnico, feito após o início das obras, veio confirmar o perigo em escavar muito próximo dos edifícios circundantes, havendo necessidade de fazer uma contenção periférica. -----

- Quanto ao parque Desportivo de Ourém, informou de que o concurso foi suspenso após se verificar a inexistência de financiamento assegurado, estando agendada uma reunião para a próxima semana para análise da questão. -----

- No que toca à questão sobre o GIRO, sublinhou o facto de ter sido divulgado publicamente a existência de um meio de transporte o aquando do início das obras do novo edifício dos Paços do Concelho que puseram termo ao parque de estacionamento existente no local, contudo presentemente esta opção de transporte revela-se dispensável uma vez que a população enveredou por outras alternativas. -----

- Relativamente à questão sobre o serviço de refeições às crianças foi dito que estão em curso diligências a fim de que este apoio possa abranger todas as crianças do concelho. -----
- Quanto à questão sobre o hospital privado a edificar em Fátima foi referido que será uma alternativa possível já que a implementação de um hospital público se torna inviável dada a existência deste tipo de infra-estrutura nas imediações do concelho. -----
- Não se registando mais nenhum pedido de intervenção, passou-se de imediato ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos. -----

\*\*\*\*\*

\*\*\*

#### **01.04 – INTERVENÇÕES DE INTERESSE LOCAL OU DECLARAÇÕES POLÍTICAS GERAIS.** -----

----- Após período prévio de inscrições, registaram-se as seguintes intervenções, por parte dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= **ÂNGELA MARIA GASPAR DA SILVA PEREIRA MARQUES**, em nome do Grupo Municipal Social Democrata, apresentou a seguinte declaração política: “Boa tarde a todos -----  
 Todos nós, com maior ou menor conhecimento, temos consciência das reais dificuldades que o nosso país atravessa. Diariamente a comunicação social faz uso deste busílis até à exaustão. Ainda há bem pouco tempo houve um debate entre destacados economistas da nação que mais uma vez puseram «a nu» a grande dificuldade de se controlar o deficit. -----  
 Vem isto a propósito do empenhamento demonstrado pelo Governo, principalmente pela Secretaria de Estado das Obras Públicas e Comunicação, no sentido de apoiar as obras de requalificação nas vias envolventes à Igreja da Santíssima Trindade, em Fátima. Questionámos a tão demorada resposta ao pedido de apoio, mas tínhamos justificação para tal, pois a nova Igreja prosseguia a bom ritmo e as obras necessárias na sua envolvente tornavam-se cada vez mais problemáticas. Percebemos que face aos constrangimentos de todos conhecidos, não fosse fácil tomar uma decisão de apoio, tanto mais que o pedido envolvia valores elevados. ----  
 Aos 4,5 milhões de euros prometidos na última reunião levada a efeito nessa mesma Secretaria de Estado, e na qual também estive presente, não são de facto suficientes, mas

entendemos que face à situação do país, demonstra boa vontade e acima de tudo leva-nos a crer que finalmente Fátima é encarada pela Administração Central como uma cidade com uma especificidade que exige uma atenção diferente do Governo, seja ele de que cor política for. --- Em nome do PSD pretendemos deixar aqui público agradecimento ao Sr. Secretário de Estado, Dr. **Paulo Campos**, pelo seu empenhamento e compromisso assumido com este município. --- Sabendo ainda que a Sociedade de Reabilitação Urbana da Cova da Iria, iniciará amanhã as suas funções, entendemos desejar que, a bem da harmonia urbanística que se ambiciona para Fátima, esta cumpra a função que lhe está subjacente, com distinção.” -----

= **RUI PEDRO MARTO PEREIRA** apelou para que houvesse diligências no sentido de evitar a morosidade dos projectos que dão entrada na Câmara Municipal, nomeadamente os projectos de arquitectura. -----

= **JOSÉ MARIA DO VADRE CASTELINO E ALVIM** apresentou o seguinte documento:

“Comemorou-se no passado dia 20 mais um aniversário da elevação de Ourém a Cidade. -----

Foi com emoção que participei em algumas das cerimónias alusivas ao dia. -----

Como Oureense senti-me reconfortado por tudo quanto se passou: não esquecer os que partiram e que por obras valorosas se evidenciaram, é justo e comovedor. Não vou esquecer a sala do Cine-Teatro cheia de gente que, de forma comovente, aplaudiu as homenagens a Abílio Aquino e a João Paulo II. -----

É também fundamental incentivar os que estão no activo, sobretudo os jovens. Também isso foi feito e sinto que pelo seu significado representa e representará um importante incentivo para quem trabalha em prol do engrandecimento de Ourém. -----

Regozijo-me também por ter constatado o empenhamento de muitas associações que se quiseram associar às Festas da Cidade e do Concelho. -----

O programa resultou para mim rico e diversificado. -----

Saúdo a introdução de algumas novidades, como o BTT e os passeios pedestres que sei foram do agrado de todos quantos tiveram o prazer de neles participar. Uma palavra também de apreço para as associações que empenhadamente dignificaram a nossa gastronomia e às quais o público não ficou indiferente, tendo ocorrido em massa. -----

Foi também com satisfação que apreciei a mostra de artesanato bem assim os espectáculos constantes do programa. -----

Para todos quantos se empenharam nesta realização o meu mais sincero bem haja.” -----

= **HUMBERTO LUÍS FERRAZ ANTUNES**, em nome do Grupo Municipal Social Democrata, apresentou a seguinte declaração política: “O actual governo, dando continuidade a uma política centralizadora, tem vindo a extinguir e a fundir alguns organismos públicos, medida esta que apoiamos se ela vier agilizar a burocracia, otimizar os recursos humanos e financeiros e se se revelar eficiente. -----

Um dos organismos recentemente criados foi a ASAE – Autoridade para a Segurança Alimentar e Económica que de 10 a 12 do pretérito mês de Maio actuou, em nossa opinião, inoportunamente em Fátima. -----

Não pondo nunca em causa o cumprimento da lei, a autoridade e as competências que sobre ela recaem – e que auguramos as cumpram –, criticámos apenas, mais contundentemente, a oportunidade e a forma protagonista e mediática como a concretizaram pondo em causa o real interesse público do turismo da região e do País. -----

O PS local atacou a actuação da Câmara Municipal de Ourém e os nossos empresários esquecendo a crise económica que sobre eles se abate e apoiou o show-off da ASAE a qual se fez acompanhar de um exército dos média que, extravasando as nossas fronteiras, denegriu, no mundo, o esforço da população de Fátima e do concelho, com graves e nefastas repercussões. -----

Na passada quarta-feira, dia 28 de Junho, a Câmara Municipal de Ourém e a ACISO – Associação Empresarial de Ourém/Fátima, no auditório da APEFF, levaram a efeito uma sessão de esclarecimentos com o objectivo de sensibilizar os responsáveis do sector da restauração para a importância da implementação de Sistemas de Segurança Alimentar, de forma a garantir a saúde pública e a confiança dos consumidores e onde foram intervenientes o Sr. Presidente da Câmara de Ourém, Dr. David Catarino, substituído posteriormente pelo Sr. Vice Presidente, o Sr. Carlos Baptista da ACISO, o Sr. José M. Esteves, Secretário-Geral da

ARESP, o Sr. Eng.<sup>o</sup> Marco Vieira, técnico da SecurControl, o Dr. António Neves, Presidente da ASAE e a Sr.<sup>a</sup> Presidente da Assembleia Municipal. -----

Louvamos a iniciativa, a afluência de empresários e o civismo com que todos participaram concluindo-se que temos muito a aprender como responsáveis que somos: -----

a) a Câmara Municipal de Ourém no que concerne à intransigência nas vistorias e concessão de alvarás; -----

b) os empresários no cumprimento da lei; -----

c) e as entidades fiscalizadoras, através de uma sistemática e permanente intervenção, aliada à pedagogia na sua acção, e não extemporaneamente como aconteceu. -----

Recomendou-se à ASAE uma actuação permanente e pedagógica e alertou-se para o facto de que não devem programar a sua próxima aparição aquando da peregrinação de Outubro que se avizinha.” -----

= **MANUEL TAVARES LOPES** apresentou o seguinte documento: “Ex.ma Senhora -----  
Presidente da Assembleia Municipal -----

Recentemente, fui eleito nesta digníssima Assembleia, representante no Conselho Consultivo do Hospital de Torres Novas, com o objectivo de discutir, como parte interessada, nas questões de saúde, os problemas do concelho de Ourém. -----

Todos sabemos que o nosso concelho será dos mais prejudicados do distrito nesta matéria, nomeadamente, pelas deslocações que os seus munícipes têm de fazer para serem curados dos seus males, ora para Tomar, Torres Novas, Abrantes ou Leiria, não podendo esquecer aqui as longas distâncias a percorrer e as más acessibilidades existentes. -----

Algumas tomadas de posição têm sido tomadas noutros concelhos. E nós como parte interessada na discussão? -----

As minhas preocupações nesta matéria são grandes e penso que ao ser eleito, seria a voz desta Assembleia e, por conseguinte, deste concelho no dito Conselho Consultivo, que afinal não terá mais que o nome, já que até ao momento nunca fui convocado para qualquer reunião, ou consultado para dar a mais simples das opiniões. -----

Senhora Presidente, não quero ser acusado amanhã, porque não hoje já, por algumas vozes de não querer saber da situação, pois se não sou chamado a pronunciar-me, nada posso fazer! Assim, e porque esta matéria a todos diz respeito, solicito-lhe que junto dos responsáveis procure saber as verdadeiras razões porque não nos chegou, até ao momento, qualquer convocatória. -----

Obrigado.” -----

= **JOSÉ MANUEL DIAS POÇAS DAS NEVES** apresentou os seguintes documentos: -----

Declaração 1: “O grande romancista americano Mark Twain aconselhava alguns políticos como criar factos políticos: *«Primeiro arranja os factos, depois podes maltratá-los como quiseres.»* Tem este brilhante escritor, ainda hoje, alguns seguidores. Trabalhando a Junta de Freguesia de Fátima em equipa, não poderia ficar indiferente a uma Crónica de Opinião de uma ilustre vereadora da oposição – leia-se PS. -----

Servindo-se duma entrevista do Presidente de Junta de Fátima, o senhor Natálio Reis, compara as obras que foram feitas no concelho, chegando à brilhante conclusão que se se fizerem infra-estruturas para desporto não há verba para saneamento. Enfim ... Por certo, na mesma brilhante sequência, será contra a OTA e o TGV já que a gastar tanto dinheiro nestas infraestruturas enquanto há municípios em Ourém a «funcionar com estruturas do século passado» será logicamente um erro. Venha lá pois o dinheirinho para o concelho. -----

Refere também que o Presidente de Junta «concordou, acarinhou, aplaudiu e incentivou esse volumoso investimento». Quatro palavras fortes para cometer uma inverdade (veja como eu sou politicamente correcto e não lhe chamo uma mentira). Há testemunhos de várias pessoas idóneas que assistiram a reuniões em que o senhor Natálio Reis, então vice-Presidente do Centro Desportivo de Fátima, defendia serem outras as prioridades para a freguesia de Fátima. Estava no entanto feito o projecto e os contratos assinados para a construção de um estádio municipal. E, pasme-se, Fátima com uma equipa nos nacionais, o GAF (Grupo de Atletismo de Fátima) com expressão a nível nacional e internacional e um agrupamento escolar que, contrariamente ao resto do concelho, não pára de crescer em número de alunos, a lógica ditava que a ter então que ser feito, que fosse no local que mais população servisse e melhor

acessibilidade tivesse (para já não falar do alojamento), não deixando de ser de âmbito concelhio. -----

Já agora, quem é que antes das obras terem começado se deslocou ao local com a imprensa e questionou, com pompa e circunstância, o atraso das obras prometidas do novo estádio?

Temos mesmo memória curta, vereadora Leonilde. -----

Respondendo à sua pergunta final «quantos milhares de espectadores tem o novo estádio de Fátima de quinze em quinze dias», dir-lhe-ei que não é o que mais me preocupa. Vá ver, in loco (é assim que se diz não é?), ver o trabalho que se realiza durante a semana com os atletas do Grupo de Atletismo de Fátima e acompanhe uma semana de trabalho da Direcção e dos seccionistas do Centro Desportivo de Fátima para ter a noção do trabalho que se desenvolve naquelas instalações, como é o caso, por exemplo, das escolas de futebol de Fátima, que têm também de utilizar as instalações do outro campo, do campo de futebol do Vale Porto e de S. Mamede. São cerca de 240 jovens, divididos por oito equipas, de todos os escalões de formação. Facilmente concluirá que mais importante que ser visto a bater palmas de quinze em quinze dias é ter condições para que todos os grupos etários (especialmente os mais novos) usufruam da prática desportiva. Ou não se lembra como treinava o GAF, na estrada do Estoril, de noite, muitas vezes com perigo de vida para os atletas? Graças ao novo estádio, o GAF criou também escolas de atletismo que funcionam às Terças, Quartas e Sábados, com a participação de mais de cem atletas. Isto para já não falar nos atletas de competição que têm arrecadado títulos distritais, nacionais e até internacionais. Sem mencionar torneios realizados ou mesmo até da Taça de Portugal de futebol feminino, deveria saber que o estádio tem sido utilizado para as provas de esforço físico dos árbitros nacionais. -----

Começam, felizmente a ser reconhecidas pela Federação as infraestruturas que foram criadas no nosso concelho. -----

Termino dizendo que relativamente ao seu título/pergunta é de facto **inoportuna** quando manipula factos, quando não conhece a realidade diária do referido estádio. Leia as estatísticas disponíveis, informe-se, fale com atletas e treinadores, gente que dá parte das suas horas de



lazer para ajudar a juventude e concerteza chegará à conclusão que anda mesmo muito distraída, vereadora Leonilde.” -----

Declaração 2: “Ao sairmos do metro na Cidade Universitária de Lisboa encontramos escrita, numa parede, uma frase de Sócrates, «*Sou um cidadão do mundo*». Hoje em dia vivemos ou caminhamos, nem sei bem, para uma globalização, que não nos deve, no entanto, fazer esquecer as nossas raízes. Ainda há bem pouco tempo, um escritor recusou – facto inédito – o Prémio Camões, instituído em 1988. Tem, para além do prestígio de ser o maior prémio literário de língua portuguesa, um valor pecuniário de 100 mil euros. «*Razões pessoais íntimas*», levaram Luandino Vieira a recusá-lo. Opção de vida para quem há 12 anos vive no convento de São Paio, em Vila Nova de Cerveira, no Minho. José Vieira Mateus da Graça nasceu na Lagoa do Furadouro, a 4 de Maio de 1935. Aos 3 anos os pais levaram-no para Angola, onde cedo se envolveu nas lutas políticas pela independência, aderindo ao MPLA e tornando-se cidadão angolano. Entre vários prémios que recebeu ao longo da sua carreira literária, realçamos o prémio literário angolano Mota Veiga, em 1964, e o Grande Prémio de Novelística da Sociedade Portuguesa de Escritores, de 1965. Por ser prisioneiro político na altura, as autoridades de Lisboa tentaram retirar-lhe o prémio, o que causou grande escândalo entre os intelectuais portugueses e o governo. Após a independência, assumiu funções na Radiotelevisão de Angola até que, desencantado com a guerra civil, regressa a Portugal em 1992.” -----

Proposta: “Porque em contos e novelas, Luandino Vieira escreveu magistralmente sobre as condições sociolinguísticas, expressas em conflitos de gerações, etnias, e ideologias, retratando o bilinguismo, onde o português, língua oficial, convive com o kimbundu, a língua do dia a dia de Angola, especialmente de Luanda; -----

Porque os seus contos ajudaram a reconstruir a cultura de um povo e ao aproximar das culturas portuguesa e angolana; -----

Porque se preocupa com os sentimentos de apego aos costumes e à tradição, servindo de exemplo o seu livro Luuanda, a página 54, quando recomenda que se deve começar pelas coisas da terra, «*costuma-se começar, para ser mais fácil, na raiz dos paus, na raiz das coisas,*

*na raiz dos casos, das conversas».* Talvez tenha sido por isso que enquanto o procuravam para lhe dar o prémio, ele preferiu vir visitar o túmulo de sua mãe, que está sepultada em Ourém. -----

Porque as suas raízes estão no nosso concelho, ficaria mal a esta Assembleia Municipal não saudar um homem que durante toda a sua vida lutou dignamente por ideias, por um sentido para a vida, que pode não ser o que defendemos, mas tal como dizia Vergílio Ferreira (no seu livro *Aparição*) «*Um homem que, contra a corrente, defende com firmeza e coerência, onde quer que esteja, os valores e os princípios em que acredita tem de merecer respeito, esteja-se ou não de acordo com eles.*» Hoje, por opção de vida, remeteu-se a uma busca de interioridade, opção essa que só podemos respeitar e admirar, já que está na origem da recusa de tão prestigiado Prémio Camões. -----

Proponho portanto um voto de louvor a José Vieira Mateus da Graça que, com o pseudónimo Luandino Vieira tem uma vida literária, assente numa enorme qualidade e tem realizado, nas palavras do próprio júri do Prémio Camões, um «*trabalho notável de recriação da língua portuguesa*».” -----

**----- Colocado a votação do plenário foi este voto de louvor aprovado por maioria, com uma abstenção.** -----

----- Relativamente a esta proposta e solicitando a palavra, o membro da Assembleia Municipal, senhor **SÉRGIO JOSÉ FERREIRA RIBEIRO** expôs o seguinte: “Congratulo-me com esta proposta e associo-me a ela. Vivi, em 1964, a invasão, destruição, encerramento da V.P.E., por um júri idóneo (e corajoso) ter atribuído o prémio de novelística a LUUANDA, obra de um oureense-angolano de quem vim a tornar-me amigo quando do Tarrafal veio para Lisboa. -----

Reli agora LUUANDA. Recomendo vivamente a sua leitura, pelo menos o extraordinário conto O OVO E A GALINHA. LEIAM. SEM preconceitos. -----

O prémio CAMÕES para Luandino, o filho do Mateus da Lagoa do Furadouro, a meu ver, muito justo, justíssimo. -----

Compreendi a sua decisão, o que não quer dizer que a approve.” -----

= **ANTÓNIO RIBEIRO GAMEIRO** expressou o seguinte: -----

- Um voto de louvor pela subida à Primeira Divisão Distrital de Futebol do Atletismo Oureense e do Centro Desportivo Vilarense. -----

- Sublinhou o trabalho desenvolvido pelo Centro Desportivo de Fátima e bem assim pelo lugar honroso alcançado este ano no âmbito do Campeonato da Segunda Divisão. -----

- Saliou a subida do Juventude Oureense à Primeira Divisão no Hóquei. -----

- Frisou o testemunho legado pelo trabalho levado a efeito pelo Bispo D. Serafim na Diocese de Leiria/Fátima ao longo dos últimos quinze anos. -----

- Concordou com o teor da declaração apresentada pelo membro da Assembleia Municipal, senhora Ângela Maria Gaspar da Silva Pereira Marques, manifestando a opinião de que em união sempre se consegue alcançar objectivos, independentemente da cor partidária. -----

- Relativamente à demissão do Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros sublinhou que esta ocorreu por motivos de saúde, o que era visível há algum tempo. -----

- Sublinhando o facto de que o Partido Socialista tem recebido queixas dos munícipes relativamente à gestão da água no concelho pela Compagnie Générale de Eaux, apelou para que se diligencie no sentido de se pugnar pela defesa do bem estar dos munícipes, nomeadamente os utentes deste serviço. -----

- Manifestou o seu regozijo relativamente ao requerimento que apresentou enquanto deputado da Assembleia da República relativamente ao reforço e à criação do terceiro juízo com obras de ampliação do Palácio da Justiça. -----

= **SÉRGIO JOSÉ FERREIRA RIBEIRO** apresentou a seguinte declaração política geral: “não obstante a satisfação que me deu voltar a este órgão deliberativo, do respeito que todos os seus membros e participantes nas sessões me merecem, da simpatia que tenho por muitos e da amizade que sinto por alguns, este regresso está a ser difícil. -----

Os quatro anos de intervalo foram tempo suficiente para que as mudanças na democracia institucionalizada portuguesa aqui se reflectam de forma que me parece muito preocupante. ----

Se as nossas competências já não eram abundantes, hoje sinto-me a participar num órgão predominantemente burocrático de «toma de conhecimento». -----

Na última reunião, depois de termos apreciado e votado uma proposta de alteração aos estatutos da SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana da Cova da Iria, EM, tomámos conhecimento dos relatórios de gestão e contas da MeciaGolfe, SA, da SimLis, SA, da ValorLis, SA, da TagusGás, SA, da RibaCarne, SA, da AmbiOurém, EM, da VerOurém, EM e hoje temos – para tomar conhecimento ... – os relatórios de gestão e contas da FátimaParques, SA, da EPO, SA e da EnerDura, SA. -----

Assim se cumpre a alínea d) do art. 53º da Lei nº 169/99, no que respeita às SA, e alínea c) do mesmo artigo relativamente às EM, embora em relação a estas me pareça escasso tomar conhecimento quando a alínea c) não se fica pela competência de **acompanhar** e acrescenta a competência de **fiscalizar**, competência que, no ponto 5., se afirma consistir numa apreciação casuística e posterior à respectiva prática dos actos, o que tem de ser muito mais do que mera tomada de conhecimento. -----

E quase parecendo coincidência curiosa, ou provocação, o lançamento da informação Municipal nº 00 lançada em forma de Ourém em revista que já existia pelo o 00 só ter outra origem e valoração, veio ilustrar a nossa impotência. É que se a nossa competência fosse anterior à prática dos actos, numa apreciação casuística, proporia a esta assembleia que não se viesse a editar tal coisa. Os erros e incongruências das páginas 4 e 5, do chamado estatuto editorial, da ficha técnica, e do editorial são tantos que, uma vez que não se fez a apreciação anterior proponho que se faça a recolha posterior. -----

Não vou juntar mais cera minha a tão ruim defunto, mas deixo duas notas sob forma de interrogações: -----

Que conceito de «**interesse público**» corresponde à referência editorial referida no estatuto editorial? -----

O sr. Presidente da Câmara já se apercebeu da gritante contradição entre a sua editorial afirmação de que pretende «**não ter uma revista a servir para querelas-partidárias**» e o que provocou esta coisa que acaba de ser distribuída? -----

Voltando às EM e SA, sem prejuízo do que me parecer oportuno dizer aquando do tratamento dos respectivos pontos da ordem de trabalho, há umas considerações de natureza política geral com particular interesse local que se me impõem. -----

Preenchida parte substancial do tempo com a informação do senhor presidente da Câmara e com alguma polémica levantada por frases que possam ter saído na comunicação social e ferido susceptibilidades mais sensíveis, pouco mais resta de tempo e de assunto para que este órgão se possa continuar a considerar, como é – ou deveria ser – deliberativo e a expressão mais significativa da democraticidade da vida social ourensense. -----

Assim se justifica que aqui se venha, que se comesse às 5 da tarde e se apresse o andamento dos trabalhos para se ir jantar a casa, cumprida a obrigação cada vez mais escassa e arrecadada a senha de presença. -----

Não foi para isto que aceitei ser proposto e não foi para isto que fui eleito. Mas é para isto que nos está a conduzir uma política que criou e/ou participa numa rede de empresas, transferindo actividades e competências do executivo para empresas municipais e sociedades anónimas esvaziando-se e esvaziando este órgão deliberativo, que reúne para... tomar conhecimento e cumprir burocracia político-administrativa. -----

Contra esta política estou. E julgo que, ao estar contra esta política e ao denunciá-la, estou a defender a democratização que representa a criação do poder local, o que há quem apregoe amiúde e na prática a contrarie com teimosia, mais: com contumácia. -----

Por último, não posso deixar de referir a proposta do governo da lei de finanças locais. -----

Trata-se de um ataque violento contra o poder local. -----

Não me sobra tempo para escarpelizar o que é essa proposta, o que antecede e a enquadra, a intensa campanha de propaganda e de intoxicação contra o poder autárquico que a acompanha e para o que alguns autarcas contribuem com as suas políticas e com frases infelizes, ou pior que isso, muito bem aproveitadas. -----

O mesmo governo que se propõe reduzir 18% as transferências do Orçamento de Estado para os municípios – que não são subsídios voluntários resultantes de boa vontade do Estado mas imperativos constitucionais ligados à tão incompleta descentralização – oferece, em alternativa,

um mecanismo de compensação parcial assente na demagógica e hipócrita possibilidade de decidirem ou não participar em 3% da colecta do IRS. -----

Depois de reduzir o investimento público, de encerrar serviços públicos e de alienar funções sociais do Estado, agora o alvo é o poder local. Razão acrescida para ver que isto anda tudo ligado e que o poder local não se defende e prestigia quando entra na mesma onda neo-liberal e, embora reagindo formalmente contra o que o prejudica de maneira evidente, contribui para a concretização das orientações estratégicas globais de que é vítima. -----

Não direi mais. Não posso. Distribuo, no entanto, dois textos que traduzem as posições resultantes de reflexões e de estudos sérios, e que podem ser elucidativos.” -----

----- Relativamente a esta intervenção, o membro da Assembleia Municipal, senhora **CARINA JOÃO REIS OLIVEIRA** solicitou a palavra para apresentar o seguinte documento:

“Partilho também as suas preocupações relativa à Nova Lei das Finanças no actual quadro autárquico, aliás, preocupações essas que fiz chegar à Associação Nacional de Municípios como nos foi pedido pela Sr.<sup>a</sup> Presidente da Assembleia Municipal. -----

É um violento ataque aos municípios portugueses. -----

É urgente definir com clareza quais são as verdadeiras atribuições de uma autarquia. -----

Efectuar uma verdadeira reforma do sistema político de modo a haver verdadeira descentralização, maior autonomia dos municípios, acabar com a dependência excessiva das taxas municipais da construção, etc. -----

Só depois pensar na sua forma de financiamento. -----

Penso que assim estamos a funcionar ao contrário.” -----

= **MARIA NATÁLIA DE SOUSA FREIRE NUNES** apresentou a seguinte declaração de interesse local: “O primeiro ciclo do ensino básico, esquecido durante décadas, surgia até ao presente como o parente pobre da educação: Escolas isoladas, muitas delas com reduzido número de alunos e sobretudo sem apoios, o que no século XXI é quase inacreditável. -----

A introdução de computadores em todas as salas de aula e a sua ligação à Internet veio abrir uma nova janela para o mundo, e facilitar a comunicação entre Escolas. -----

A reestruturação e requalificação da rede escolar do Concelho é mais um importante contributo para dotar os nossos alunos das necessárias condições de acesso a um ensino de qualidade.

A Câmara Municipal, consciente da importância de proporcionar o melhor para os nossos jovens, apoiando-se em legislação recentemente publicada, formulou uma candidatura no sentido de generalizar o serviço de refeições a todos os alunos do 1º Ciclo. -----

Assim e aproveitando o dinamismo e a excelente qualidade dos serviços prestados à comunidade pelas IPSS's do Concelho, foi celebrado um Protocolo entre estas e a Câmara Municipal, alargando assim ao 1º Ciclo em serviço que há já alguns anos tem vindo a ser prestado para o Pré-Escolar. Esta articulação permitirá reduzir ao mínimo as deslocações efectuadas pelos alunos para tomarem a sua refeição. Garantida está também a qualidade da alimentação. -----

É por isso para todos nós motivo de regozijo e orgulho ver todos os alunos do Concelho terem acesso ao serviço de refeições.” -----

= **FILIFE DE JESUS JANEIRO**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Ribeira do Fárrio, solicitou o empenhamento de todos a fim de poder levar a efeito a obra do Centro de Acolhimento para Crianças a edificar na citada Freguesia. O projecto, elaborado gratuitamente por uma arquitecta, deu entrada nos serviços da Câmara Municipal onde se encontra parado pois são necessários dois mil metros de terreno para se poder executar a referida obra e o local destinado ao projecto não compreende esta dimensão. Assim, apelou para que se diligencie no sentido de que esta obra seja levada a cabo, oferecendo às crianças o conforto de um lar, o que infelizmente ainda não tiveram. -----

= **VALDEMAR PINHEIRO DE OLIVEIRA** apresentou o seguinte documento: “Sr.<sup>a</sup> Presidente da Assembleia Municipal -----

Sr. Presidente da Câmara Municipal e restantes Vereadores -----

Sr.s Deputados da Assembleia Municipal -----

O Verão de 2005, em que as temperaturas atingiram valores além do habitual, foi para o nosso concelho um dos períodos mais trágicos da nossa história recente. Uma lamentável vaga de incêndios florestais fustigou as nossas florestas e não só. -----

Infelizmente, além dos muitos hectares de floresta queimada houve ainda a lamentar algumas famílias desalojadas, que nalguns casos perderam a totalidade dos seus bens. -----

Realço o pronto acompanhamento dos serviços da Câmara Municipal ainda durante a tragédia mas sobretudo a celeridade com que se partiu para a campanha de solidariedade que de todos surgiu, alastrando até além fronteiras. -----

O protocolo entretanto estabelecido entre a C.M.O. e a Caritas Diocesana de Leiria possibilitou, de forma rápida e expedita, resolver todos os condicionalismos e com brevidade devolver as habitações às famílias mais carenciadas, que perderam a totalidade das suas casas. -----

- A Câmara mandou elaborar os projectos, aprovou-os e acompanhou, tecnicamente a execução das obras. Ajudou a elaborar as candidaturas aos apoios concedidos pelo INH e pela fundação Gulbenkian. -----

- A Caritas recolheu todos os donativos provenientes das várias campanhas, adjudicou as obras, procedeu e procederá aos pagamentos respectivos. -----

No dia 25 de Maio foi entregue a primeira casa a uma das famílias desalojadas. Foi emotivo constatar a grande alegria das pessoas que a receberam. -----

Não é demais enaltecer o empenho da Câmara Municipal pelo acompanhamento e dedicação que deu às pessoas numa situação difícil, a todos os níveis, principalmente a nível social. -----

Esperemos que a breve trecho todas as outras famílias desalojadas possam retomar a alegria que as chamas tiraram, e que neste Verão sejamos protegidos deste flagelo, com a colaboração de todos.” -----

= **CARINA JOÃO REIS OLIVEIRA**, na qualidade de Representante do Grupo Municipal Social Democrata, apresentou a seguinte intervenção política: “Para quem como eu, começa a enjoar as notícias relativas ao futebol, ficando no entanto contente com as boas prestações da nossa selecção, é com agrado que registo que o Desporto em Ourém vive momentos de grande brilhantismo e entusiasmo. -----

E podíamos enaltecer os resultados bastante positivos em diferentes modalidades existentes no concelho: os desportos motorizados, a patinagem, a natação, a petanca, o atletismo, o tiro



com arco, a pesca desportiva, a orientação, a columbofilia, o futebol e tantos outros que pelo concelho nos vão enchendo de orgulho. -----

Mas este ano há um que merece especial destaque, refiro-me ao hóquei em patins e á equipa sénior do Juventude Ouriense, que sobe ao escalão maior da modalidade. -----

Este efeito reveste-se de grande importância não só pela vertente desportiva como também pelo impacto positivo que tem para o Concelho de Ourém ao nível da sua promoção e dignificação. -----

O Concelho deve uma palavra de reconhecimento e gratidão ao trabalho e esforço dos dirigentes, treinadores, atletas e à massa associativa. Não devemos no entanto esquecer que por detrás deste feito, estão anos de trabalho, várias direcções e vários atletas que passaram pelos quadros do Juventude Ouriense. É ainda reconhecido todo um trabalho de formação de jovens jogadores oureenses, que são «alfobre» da equipa sénior, não só do Juventude Ouriense como também dos vizinhos do Sporting de Tomar e do Sport Lisboa e Benfica. São o nosso garante da continuidade de uma modalidade com grande tradição no concelho. -----

Seria injusto não referir também, o papel fundamental que a Câmara Municipal desempenhou neste feito, não só pela atribuição do subsídio habitual á colectividade, mas principalmente na disponibilização gratuita dos espaços municipais para a prática das diferentes modalidades do clube e ainda pela cedência de um terreno para a construção da nova sede. -----

Estamos a falar de um terreno, igual a um outro que a Câmara Municipal vendeu em hasta pública por 42 mil contos, é sem dúvida um grande apoio para uma colectividade que utiliza as instalações municipais. -----

Queremos pois, endereçar os nossos parabéns a todos os que, de uma forma ou de outra, tornaram possível este sonho, e desejar as maiores felicidades para o campeonato. -----

Espero sinceramente que atinjam os resultados que merecem e sejam espelho do empenho e do esforço que imprimem à competição. -----

Mais uma vez Parabéns.” -----

= **JOSÉ FERREIRA VIEIRA**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de N.ª S.ª da Piedade, expôs o seguinte: “Ao ter conhecimento que no passado dia 24 na Rua António

Justiniano da Luz Preto houve uma rotura na conduta de gás, e chamaram os Bombeiros e a Polícia, para fechar a torneira de segurança e segundo parece não têm autorização. -----

Gostaria de saber se a Câmara Municipal já tomou as providências para que a Companhia do Gás tenha um piquete permanente para qualquer eventualidade, pode haver um acidente e não se deveria estar à espera 1 hora que a equipa venha do Entroncamento. -----

O porquê que a mesma companhia não dá formação aos Bombeiros e não põe à disposição o número de telefone para as pessoas poderem ligar em qualquer situação.” -----

= **FRANCISCO CAETANO**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Freixianda, apresentou o seguinte pedido: “Incêndios 2005 -----

Há pessoas a quem arderam barracões, alfaias, alpendres e até casa de segunda habitação. Na altura dos fogos, alguns elementos da Câmara de Ourém com a colaboração da Junta de Freguesia de Freixianda fizeram um apanhado da situação. -----

Mais tarde, a pedido do Sr. Governador Civil de Santarém houve uma reunião na Freixianda e aí também houve a colaboração de Junta de Freguesia de Freixianda. -----

Algumas pessoas, como já tinham enviado os prejuízos causados não vieram a esta reunião, já que alguns vivem fora da Freguesia. -----

Conclusão: os que foram á reunião tiveram conhecimento para fazerem novamente um apanhado dos prejuízos e agora estão a ser contemplados. Os outros não têm direito a nada. Senhor Presidente será isto justo?” -----

= **MANUEL LOURENÇO DIAS**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Rio de Couros, expôs o seguinte: -----

- Agradeceu à Câmara Municipal as obras de correcção das anomalias graves por si verificadas na Estrada Nacional trezentos e cinquenta e seis no limite da citada Freguesia e denunciadas na sessão deste Órgão deliberativo levada a efeito no passado mês de Abril. -----

- Agradeceu ainda à Câmara Municipal, nomeadamente à Divisão de Educação, Desporto e Cultura, e bem assim à Escola EB 2,3 IV Conde de Ourém a possibilidade das crianças de Rio de Couros assistirem a uma peça de teatro aquando das comemorações do Dia Mundial da Criança – dia um de Junho. -----

- Regozijou-se pelo facto das Juntas de Freguesia terem sido chamadas a colaborar de alguma forma na concretização do projecto relativo às instalações residenciais do Centro de Recuperação Infantil Oureense, tão necessárias no âmbito das pretensões daquela instituição de apoio. -----

----- Terminado este período de intervenção passou-se, de imediato, ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos.-----

\*\*\*\*\*

\*\*\*

**02.01 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL PARA PROCEDER À «CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE LONGO PRAZO, NO VALOR DE 1.570.752,00 EUROS, PARA FINANCIAMENTO DOS PROJECTOS:**

**- CONSTRUÇÃO DO JARDIM DE INFÂNCIA DE GONDEMARIA; -----**

**- CONSTRUÇÃO DO JARDIM DE INFÂNCIA DE ATOUGUIA; -----**

**- AMPLIAÇÃO DO JARDIM DE INFÂNCIA DE URQUEIRA; -----**

**- CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO MISTO DO CERCAL – JUNTA DE FREGUESIA E JARDIM DE INFÂNCIA.», NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA D), DO N.º2, DO ART.º53º DA LEI N.º169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI N.º5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO – (GRELHA A). -----**

----- Foi remetida, pelo Município, através do ofício número dez mil duzentos e vinte e sete, datado de oito de Junho, do ano dois mil e seis, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a vinte e nove de Maio daquele mesmo ano, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos legais acima citados, autorização para contrair junto do Banco Espírito Santo um empréstimo no valor de um milhão quinhentos e setenta mil setecentos e cinquenta e dois euros (1.570.752,00€) pelo prazo de vinte anos, para financiamento dos projectos citados em epígrafe. -----

----- Em cumprimento do disposto no número sete do artigo quinquagésimo terceiro do diploma citado em epígrafe, foi ainda remetido o mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do município e bem assim as propostas apresentadas pelas instituições bancárias consultadas. -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registaram-se os pedidos de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= **MANUEL LOURENÇO DIAS**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Rio de Couros, solicitou para que a edificação do jardim de Infância de Rio de Couros não fosse esquecida, já que se trata de uma obra que ao longo dos anos tem vindo a ser adiada. -----

----- Face a esta intervenção, o membro da Assembleia Municipal, senhor AVELINO DA CONCEIÇÃO SUBTIL solicitou a palavra para referir que esta intervenção havia sido despropositada uma vez que a matéria em análise é a contratação de um empréstimo. -----

= **SÉRGIO JOSÉ FERREIRA RIBEIRO** apresentou o seguinte documento: “Não se põe minimamente em causa a bondade dos projectos que servem para justificar o pedido de empréstimo. Construção e ampliação de jardins de infância na Gondemaria, na Atouguia, em Urqueira e no Cercal têm todo o nosso apoio. -----

Mas este pedido de empréstimo bancário é feito num momento em que, cumprindo o ponto 7. do art. 53º, o mapa demonstrativo de capacidade de endividamento está praticamente esgotada, por estar utilizada a 99,5%, para mais com exclusão do cálculo de juros e amortizações na ordem de mais de 400 mil euros, de que não se põe em dúvida a consonância com as disposições legais em vigor mas que não é por isso que deixam de existir. Ou seja, no maior dos limites de um milhão duzentos e noventa e seis mil euros, o endividamento actual é de quase um milhão e setecentos mil euros, e propõe-se que seja acrescido com um empréstimo de mais de um milhão e quinhentos mil euros para um período de 20 anos com 3 de carência. -----

Como é evidente, faltam-nos dados que escorem uma posição mais fundamentada mas a situação da capacidade de endividamento, tal como nos é demonstrada, parece não comportar novos empréstimos, e desta monta, e motiva todas as preocupações quanto ao futuro da autarquia no que respeita á sua gestão financeira, aliás na sequência do que afirmámos, desta bancada, na apreciação do relatório de gestão e prestação de contas do município referentes ao ano económico de 2005. -----

Por vezes parece que, com base numa clara vocação para arquitecturas e engenharias financeiras e para o uso de criação de ligações e participações empresariais de variados tipos, se fazem fugas para diante. O nosso voto é de reserva e de cautela e não tem a ver, repete-se, com a bondade dos projectos que servem de pretexto para este pedido de empréstimo bancário nesta situação de endividamento.” -----

----- Não se registando qualquer outro pedido de intervenção, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu, de imediato, a proposta a votação do plenário, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com uma abstenção do Partido Comunista Português. -----  
 ----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

\*\*\*\*\*

\*\*\*

**02.02 – TOMADA DE CONHECIMENTO DO «RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DE 2005, DA FÁTIPARQUES – PARQUES DE NEGÓCIOS DE OURÉM/FÁTIMA, S.A.», NOS TERMOS DA ALÍNEA D), DO N.º1, DO ART.º53º, DA LEI N.º169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI N.º5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO – (GRELHA A).**

----- Foi remetida, pelo Município, através do ofício número oito mil quatrocentos e sessenta e sete, datado de onze de Maio, do ano dois mil e seis, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a oito de Maio, do ano em curso, dando conhecimento a este órgão deliberativo, nos termos acima citados, do teor dos documentos referidos em epígrafe – **(ver processo devidamente arquivado no gabinete da Assembleia Municipal)**. --

----- Para uma melhora análise dos documentos, foi remetido um exemplar a cada um dos membros constituintes do plenário. -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, verificou-se a intervenção do membro da Assembleia Municipal, senhor: -----

= **SÉRGIO JOSÉ FERREIRA RIBEIRO** apresentou o seguinte documento: “Desculpar-me-ão os colegas mas não me posso limitar a tomar conhecimento sem nada dizer. -----

A informação que nos chega, tal como está elaborada, e se nada for dito, levaria a corresponder a não só tomar conhecimento como a ser conivente com a gestão e as contas do exercício e com os votos de louvor expressos em assembleia-geral. -----

Pois não o quero fazer. -----

Ao ler a documentação, em que faltam assinaturas de 2 de 5 membros do Conselho de Administração (em representação da Lena Engenharia e Construções, SA e de Construções Aquino & Rodrigues, SA) levantaram-se-me inúmeras dúvidas que sinto ter a obrigação de aqui exemplificar. -----

Em resumo, a empresa, de que é presidente do conselho de administração o Presidente da Câmara de Ourém, tem um capital social de 500 mil euros, mas apenas estão realizados 178 mil euros, estando por realizar 2/3, 322 mil euros, dos quais 87.500 euros pela Câmara de Ourém, enquanto há «**prestações acessórias**» de 442 mil euros por parte do accionista SOPROI, SA por transferência de saldo de fornecedores, ou seja, a FatiParques é, neste momento, da SOPROI. -----

No relatório em apreço, para tão-só tomar conhecimento, a actividade desenvolvida pela empresa confinou-se às áreas de elaboração de projectos de estudos, nomeadamente um Plano de Pormenor e à área de processo negocial de terrenos. E não se pode dizer que a actividade tenha sido muito activa, com rescisão de um contrato e substituição do gabinete a que está adjudicado, e por «incongruências (a expressão é do relatório) entre o levantamento topográfico e os compromissos urbanísticos da Câmara de Ourém no terreno a lotear»; no que respeita ao processo negocial relativo aos terrenos houve e há «demorada tramitação processual na apreciação do Plano de Pormenor». -----

A empresa dispõe de existências em prédios rústicos no valor de 506 mil euros, e teve o prejuízo, no exercício, de 75 mil euros. -----

São 6 as pessoas ao serviço da empresa, sendo um administrador e 5 empregados, trabalhando em regime de part-time. O administrador auferiu 16,6 mil euros num total de 43 mil de remunerações ilíquidas pagas. -----

A cronologia do Plano de Pormenor que está na origem da criação da empresa vem de 2000 e todo o processo parece arrastar-se no tempo e tornar-se labiríntico, sendo para mim evidente que há um objectivo em que se envolveram muitas empresas do concelho e região mas em que, com o desinteresse ou distanciamento da maior parte delas (que nem assinam os relatórios do conselho de administração a que pertencem), o malbaratar de recursos e de tempo se torna patente. -----

Dele, deste labirinto, ... tomamos conhecimento. -----

E ficamos com um incómodo sabor a pouco ...." -----

----- **A Assembleia Municipal ficou inteirada.** -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

\*\*\*\*\*

\*\*\*

**02.03 – TOMADA DE CONHECIMENTO DO «RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DE 2005, DA EPO – ASSOCIAÇÃO PROMOTORA DE ENSINO PROFISSIONAL DE OURÉM, S.A.», NOS TERMOS DA ALÍNEA D), DO N.º1, DO ART.º53º, DA LEI N.º169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI N.º5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO – (GRELHA A). -----**

----- Foi remetida, pelo Município, através do ofício número nove mil quinhentos e vinte e um, datado de trinta de Maio, do ano dois mil e seis, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a vinte e dois de Maio, do ano em curso, dando conhecimento a este órgão deliberativo, nos termos acima citados, do teor dos documentos referidos em epígrafe – **(ver processo devidamente arquivado no gabinete da Assembleia Municipal)**. -----

----- Para uma melhora análise dos documentos, foi remetido um exemplar a cada um dos Representantes dos Grupos Municipais com assento neste Órgão deliberativo. -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se verificou qualquer pedido de esclarecimentos por parte dos membros da Assembleia Municipal: -----

----- **A Assembleia Municipal ficou inteirada.** -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

\*\*\*\*\*

\*\*\*

**02.04 – TOMADA DE CONHECIMENTO DO «RELATÓRIO E CONTAS DE 2005, DA ENERDURA – AGÊNCIA REGIONAL DE ENERGIA DA ALTA ESTREMADURA», NOS TERMOS DA ALÍNEA D), DO N.º1, DO ART.º53º, DA LEI N.º169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI N.º5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO – (GRELHA A). -----**

----- Foi remetida, pelo Município, através do ofício número nove mil quinhentos e vinte, datado de trinta de Maio, do ano dois mil e seis, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a vinte e dois de Maio, do ano em curso, dando conhecimento a este órgão

deliberativo, nos termos acima citados, do teor dos documentos referidos em epígrafe – (**ver processo devidamente arquivado no gabinete da Assembleia Municipal**). -----

----- Para uma melhora análise dos documentos, foi remetido um exemplar a cada um dos Representantes dos Grupos Municipais com assento neste Órgão deliberativo. -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se verificou qualquer pedido de esclarecimentos por parte dos membros da Assembleia Municipal: -----

----- A Assembleia Municipal ficou inteirada. -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

\*\*\*\*\*

\*\*\*

#### **02.14 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO.**-----

-----A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, verificando a presença de público na sala, informou de que poderiam intervir, bastando, para o efeito, proceder à sua inscrição, não se tendo porém verificado qualquer pedido de intervenção. -----

\*\*\*\*\*

\*\*\*

-----Antes de dar por concluídos os trabalhos desta sessão ordinária, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao membro da Assembleia Municipal, senhor **FRANCISCO ANTÓNIO DIAS VIEIRA** que havia solicitado autorização à Mesa para expor o seguinte: “Ex.ma Senhora Presidente da Assembleia Municipal -----  
Ex.mo Senhor Presidente da Câmara -----  
Ex.mos Senhores Vereadores -----  
Minhas Senhoras e meus Senhores -----

A partir de amanhã, assumirei as funções de Presidente do Conselho de Administração da Sociedade de Reabilitação Urbana da Cova da Iria, Empresa Municipal. Faço-o com a mesma dedicação, empenho e entusiasmo bem como assumi outras funções públicas quer na Presidência da Comissão Regional e Executiva da Região de Turismo Leiria/Fátima, quer na Presidência do Conselho de Administração do Instituto de Formação Turística. -----



A mesma direi redobrada dedicação, empenho, entusiasmo e rigor venham a dar dois membros do Conselho de Administração que me acompanham. Porque conhecemos a complexidade da tarefa que nos espera e sobretudo porque acreditamos que é possível vencer as múltiplas adversidades, o que pedimos a todos os membros desta Assembleia que para connosco sejam rigorosos. Rigorosos e solidários (se possível). -----

As duas únicas participações que tive nesta Assembleia Municipal, referiram-se directamente a questões de Fátima. Recolheram, o que agradeço, o apoio unânime desta Assembleia. -----

Ao renunciar ao meu mandato enquanto deputado eleito nas listas do PSD para esta Assembleia Municipal, por obrigação das novas funções que a partir de amanhã assumirei, quero deixar uma palavra de empenhamento a todos, na superior defesa dos interesses do Concelho de Ourém e neste caso específico da Freguesia de Fátima. Nós vamos fazer por isso! Obrigado.” -----

\*\*\*\*\*

\*\*\*

----- Concluída a Ordem de Trabalhos desta sessão ordinária, a Senhora Presidente da Assembleia deu esta por encerrada, pelas dezanove horas e cinquenta minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente acta que, depois de aprovada, vai ser assinada pelos Senhores Presidente da Assembleia Municipal e Primeiro Secretário.-----

-----A PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O PRIMEIRO SECRETÁRIO